

A crise que se agrava e a miséria brasileira que persiste

The crisis that worsens and the Brazilian poverty that persists

Thiago Martins Jorge*

Resumo: Este trabalho parte do ponto de chegada do itinerário chasiniano, no que tange à investigação das bases materiais da crise do capitalismo e da miséria brasileira, e investiga seus desdobramentos posteriores. Para isso, o artigo analisou o quadro mais geral da economia global para, a partir dele, investigar o estágio atual da forma como a economia brasileira nele se insere. Verificou-se que houve tanto um agravamento dos problemas universais quanto um esmagamento do campo de possibilidades da situação brasileira, em particular.

Palavras-chave: Miséria brasileira; economia global; economia brasileira; capital atrofico; corrida capitalista.

Abstract: This work starts from the point of arrival of Chasin's itinerary, with regard to the investigation of the material bases of the crisis of capitalism and "Brazilian poverty", and investigates its subsequent developments. To this end, the article analyzed the more general picture of the global economy in order to investigate the current stage of the way the Brazilian economy is inserted in it. It was found that there was both an aggravation of universal problems and a crushing of the field of possibilities of the Brazilian situation, in particular.

Keywords: Brazilian poverty; global economy; Brazilian economy; atrophic capital; capitalist race.

Introdução

No conjunto de textos que formam o compilado de *A miséria brasileira*, encontramos uma das mais ricas análises da formação e dos desdobramentos do capitalismo brasileiro. Ao longo de textos escritos nos mais diversos contextos políticos e enfrentando um amplo leque de questões, J. Chasin não só captou os problemas essenciais na constituição do capital em território brasileiro, mas sugeriu linhas de ação e também denunciou vícios na atuação das principais lideranças políticas formadas no período.

Em total coerência com a afiliação teórica do autor, o livro não fica restrito a análises políticas divorciadas da dinâmica econômica, do mesmo modo que não deixa

* Mestre em administração pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: thiago.jorge@ufjf.br. Orcid: 0000-0002-2798-2433.

de reconhecer os efeitos das decisões políticas sobre o desenrolar dessa mesma dinâmica. Ou seja, sem se deslumbrar com o politicismo em voga, mas também sem recair no erro oposto – o economicismo –, Chasin colocou em primeiro plano as questões-chave que explicam a particularidade do capitalismo brasileiro.

É claro, no entanto, que 30 anos após a publicação do último texto do compilado o cenário já não é mais o mesmo. Na medida em que, globalmente, a base econômica foi lentamente se deteriorando, o clima de otimismo que contagiava os intelectuais mais bem ajustados à ordem capitalista já não mais existe. Nessa linha, enquanto a globalização do capital causa preocupação mesmo entre aqueles que, outrora, foram os seus maiores impulsionadores, um clima de inimizade toma conta das relações internacionais e o perfil médio das lideranças políticas não poderia se afastar mais do perfil “sóbrio” das principais lideranças dos anos 1990.

Esses fatos, contudo, devem ser cuidadosamente analisados como desdobramentos históricos daquela estrutura econômico-social identificada por Chasin e cujos fundamentos já haviam sido delineados por Marx. Ou seja, há novidades importantes, mas, enquanto tais, só podem ser corretamente compreendidas dentro do quadro histórico delineado pelo filósofo brasileiro e respeitados os mecanismos de funcionamento próprios do modo de produção capitalista.

Buscaremos, portanto, ao longo deste texto, partindo daquele que foi o ponto de chegada de Chasin, encarar seus desdobramentos e jogar luz sobre as bases econômicas que sustentam a trama global na terceira década do século XXI, com destaque para a particularidade brasileira. Importante salientar, no entanto, que tal empreendimento apresenta valor não como uma mera homenagem a J. Chasin (por mais que fosse justa). Mas, ao reconhecer o autor como um dos grandes observadores da formação do capitalismo brasileiro, podemos partir das bases sólidas por ele construídas e, desse modo, ainda que com limitações, investigar o estágio atual da inserção brasileira no capitalismo global.

Para melhor esclarecimento metodológico, porém, é fundamental afastarmos qualquer impressão determinística de que a malha societária brasileira seria hoje um mero “desdobramento natural” (ou seja, o único desdobramento possível) daquele contexto social estudado pelo nosso autor. Tal observação ganha importância por duas grandes razões. A primeira delas, como já enfatizamos, é o fato de Chasin, ao captar os nós centrais da estrutura societária brasileira, parecer, até certo ponto, antecipar coisas que ainda estavam por vir. Apesar de ter muitos méritos por isso, não é

incomum que outros analistas recortem esses traços antecipatórios do seu contexto analítico e passem a avaliá-los por si sós.

Apontamos esse fato com o intuito de sinalizar que, neste texto, não buscaremos avaliar se eventuais projeções traçadas por Chasin se confirmaram ou não. Na contramão disso, a partir do que de fato se realizou, buscaremos investigar as pontes existentes entre tais fatos e o quadro delineado pelo filósofo brasileiro.

Devemos também, ainda enfrentando eventuais impressões determinísticas, afastar a ideia de que haveria um “pecado original” na formação do capitalismo brasileiro e, em função dele, todo um legado de tragédias e miséria teria sido deixado. O autor de *A miséria brasileira* advertiu, em não raras ocasiões, que, ao longo da formação do capitalismo em território brasileiro, a evolução nacional não foi acompanhada por progresso social. Essa frase, contudo, não é uma “sentença de morte” por si só. O próprio autor sinalizava, por exemplo, que as eleições de 1989 eram uma grande oportunidade na busca de reversão dessa máxima.

Na medida em que a evolução nacional seguiu sendo divorciada de progresso social – graças à ação dos indivíduos, conscientes ou não –, entretanto, foram minando as possibilidades de reversão desse quadro e, portanto, cada vez mais a sentença parece ter sido esculpida na própria formação do capitalismo brasileiro.

Quanto às limitações deste texto, é importante advertir que, como o último texto chasiniano (“O poder do real”) é muito mais sintético, se comparado ao texto anterior, de 1989, é impossível investigar a fundo algumas de suas indicações derradeiras. Desse modo, a articulação entre esses dois momentos não pode ser concluída de forma imanente e, conseqüentemente, alguns dos delineamentos deste texto ficam sujeitos à nossa interpretação – mas, para isso, buscamos também outras indicações em *Poder e miséria do homem contemporâneo* (CHASIN, 1997). Buscaremos, contudo, na medida do possível, sinalizar sempre que novas ligações sejam esboçadas.

Tal elemento, todavia, não prejudica o objetivo central deste texto, que é: a partir dos elementos colocados em primeiro plano por Chasin, jogar luz sobre a posição brasileira na corrida capitalista global na terceira década do século XXI. Para isso, dividiremos a análise em dois momentos principais: no primeiro, buscaremos reconstituir a forma como Chasin entendia a trama econômica do final do século XX e investigar, a partir de dados concretos, como se estrutura atualmente a malha econômica global. No segundo, organizado de forma bastante parecida, iniciaremos

indicando alguns pontos basilares da argumentação de Chasin sobre a particularidade brasileira para, na sequência, novamente apoiando-nos em dados concretos, avaliar as atuais bases econômicas e o campo de possibilidades que delas derivam. Reservamos para as Considerações finais algumas indicações um pouco mais especulativas quanto a traços preocupantes que se insinuam no horizonte. Tais construções, no entanto, partirão do que foi estruturado ao longo das seções anteriores.

Esclarecemos ainda que, para a reconstrução da argumentação chasiniana, debruçamo-nos principalmente sobre “A sucessão na crise e a crise na esquerda”: texto de maior fôlego, em que o autor buscou reconstruir a trama entre a economia global, o cenário latino-americano, o cenário brasileiro e, a partir disso, o que restava como possibilidade para a intervenção politicamente consciente. Não poderíamos, entretanto, abster-nos de investigar os delineamentos traçados mais brevemente em “O poder do real” e os seus fundamentos, em “A via colonial de entificação do capitalismo”.

Quanto aos dados apresentados por meio de gráficos ao longo do texto, os bancos de dados utilizados foram os do World Bank e do Fundo Monetário Internacional (IMF, sigla em inglês).

Como, porém, no tratamento desses dados faremos inferências a partir do Produto Interno Bruto (PIB) de diferentes países, alguns esclarecimentos de ordem metodológica também são importantes. O primeiro deles é o reconhecimento de que o PIB, da forma como é usualmente mensurado, não é uma representação precisa da massa de mais-valor que foi gerada por determinada economia. Inclusive, se o objetivo aqui perseguido fosse utilizar esses dados a fim de inferir a massa de mais-valor, uma série de procedimentos e esclarecimentos metodológicos adicionais seria necessária.

Ao longo deste texto, no entanto, utilizaremos os dados do PIB como um meio para comparar a evolução de uma mesma economia em diferentes momentos ou para comparar diretamente a evolução de diferentes países. Desse modo, o que nos interessa são os valores em termos relativos e não de forma absoluta. Portanto, matematicamente, os ajustes que seriam necessários acabam se anulando e, assim, podemos empregar os dados sem nos preocuparmos com tais ajustes¹.

Um segundo esclarecimento é importante devido a certa aversão nutrida em relação à utilização do PIB para medir sucesso ou fracasso de determinadas economias.

¹ Caso, no entanto, o leitor tenha interesse em se aprofundar nestas questões, recomendamos algumas das apresentações que o professor Tomas Rotta publicou em seu canal no Youtube, que leva seu nome.

Quanto a esse ponto, poderíamos inclusive nos aprofundar no estabelecimento de pontes entre o teor dessa crítica e o paradigma politicista que marca nossos tempos, que tende a subestimar questões ligadas à geração da riqueza e superestimar a atuação política na esfera da distribuição.

Para os fins aqui almejados, contudo, é importante indicar somente que utilizamos o PIB como um dado aproximativo para medir os resultados de determinados sistemas produtivos, ou seja, estamos nos debruçando sobre a esfera da produção e a massa de riqueza gerada. Obviamente, caso a finalidade proposta fosse avaliar como acontece a distribuição dessa riqueza, outros dados seriam mais adequados. Podemos, contudo, ao menos indicar que, ainda que a questão distributivista estivesse em primeiro plano, a geração da riqueza seguiria tendo grande importância; afinal de contas, para que algo seja distribuído, primeiramente, este algo deve ter sido gerado. Desse modo, em oposição às análises politicistas, teremos que necessariamente enfrentar as questões produtivas, mesmo quando encaramos questões ligadas à esfera da distribuição ou à própria atuação dos gestores políticos do capital.

Em suma, guiados pela assertiva chasiniana, de que o “politicismo é um fenômeno simétrico ao economicismo” (2000, p. 123), devemos reconhecer também que: a atuação política deve constantemente buscar influenciar a dinâmica econômica no sentido da acumulação capitalista, do mesmo modo que a dinâmica econômica influencia o perfil das lideranças políticas e delimita o leque de ações desejáveis. Os gestores políticos devem constantemente avaliar potenciais impactos sociais, ainda que tal avaliação ocorra como uma defesa da própria acumulação de capital. Tal cuidado, no entanto, constantemente os coloca em oposição a determinados grupos econômicos (que analisam quase que exclusivamente os seus interesses diretos).

Nessa linha, como veremos ao longo das próximas páginas, uma das grandes questões que têm se colocado – tanto na prática quanto no reconhecimento teórico – envolve como os gestores políticos do capital poderiam momentaneamente escapar à pressão direta dos detentores de capital e ativar mecanismos econômicos numa direção que busque impulsionar a acumulação como um todo (ainda que, para isso, tenham que prejudicar grupos econômicos já consolidados). Tal questionamento tem sido colocado tanto internacionalmente como na particularidade brasileira, na medida em que a crise capitalista se agrava.

1. A corrida capitalista 30 anos depois

Antes de demarcarmos aquele que foi o ponto de chegada do itinerário de J. Chasin, quando se trata do reconhecimento dos imbróglios do capital em termos globais, vale a pena sinalizar a importância de reconhecer essa trama antes de investigarmos as particularidades do capital em território brasileiro.

A delimitação do quadro de possibilidades dentro da malha global é elemento condicionante para analisar o campo do possível e do impossível, quando centramos nossos esforços sobre o Brasil. Sem ela, poderíamos facilmente superestimar o efeito esperado de certas ações e, assim, cairmos nas tentações voluntaristas – ressuscitando, por exemplo, o que Chasin (2000b, p. 177) indicava como as “ilusões do capitalismo autônomo”.

Nessa linha, não se trata de um mero capricho o esforço chasiniano para distinguir a forma de inserção das nações de capitalismo tardio e as nações de capitalismo hipertardio. Essa forma de inserção condicionou e ainda vem condicionando o campo de possibilidades. Do mesmo modo que o uso de “capital atrófico” – outro termo caro a Chasin – também sinalizava uma redução no campo de possibilidades, quando comparado com o capital em sua plenitude.

Paralelamente, o autor também colocava com muita clareza a ideia de que os conflitos que movimentam o sistema capitalista não podem ser simplesmente divididos em duas frações. Obviamente, os embates entre capital e classe trabalhadora, mesmo quando adormecida, é condicionante central (sem a qual não estaríamos diante do modo de produção capitalista); porém, sem o reconhecimento do caráter inerentemente competitivo deste modo de produção o quadro ficaria incompleto e incompreensível.

A própria forma como Chasin encarava a inserção de novas nações na corrida capitalista (países de formação de capitalismo tardia e hiper-tardia) já colocava em primeiro plano esse caráter competitivo e sua urgência temporal. Esse ponto é fundamental, pois, pautado nele, o autor pôde analisar o campo de possibilidades sem incorrer em tentações voluntaristas.

Devemos, por outro lado, salientar que, dentro desses embates competitivos entre diferentes frações do capital, a classe trabalhadora é usualmente utilizada como meio de promover o sucesso de uma fração em detrimento de outra.

Pautados nisso, podemos, portanto, investigar aqueles que foram os pontos de chegada do itinerário chasiniano e o novo itinerário que se iniciou após a conclusão

do primeiro. Considerando, contudo, a grande importância dessas questões competitivas, que condicionam a inserção das diferentes nações na corrida capitalista, devemos iniciar o percurso partindo do que poderíamos chamar de “regras da corrida”.

Nessa direção, já no final dos anos 1980, Chasin reconhecia que o resultado dos seguidos ciclos de acumulação de capital não era a eliminação do caráter competitivo da ordem capitalista, mas sim uma alteração na sua dinâmica.

Em verdade, trata-se de um panorama que, mais uma vez, põe em evidência que o desaparecimento do típico mercado concorrencial, marca do século passado, não é algo idêntico à extinção do caráter competitivo do capital. Ao contrário, a superação do mercado livre se transforma num combate de colossos, progressivamente travado com armas colossais, para os quais a praça de guerra é o próprio conjunto do planeta, mesmo quando, por cumplicidade, especialmente em certas épocas de “estabilidade”, se trata de uma guerra velada, “graças à conspiração do silêncio das partes interessadas”. (CHASIN, 2000b, p. 184)

Algumas páginas antes, o autor indicava, nessa mesma linha:

Neste ponto, em suma, o que se está ressaltando, a partir desse complexo real de múltiplas contraditoriedades, é a contradição do capital avançado consigo mesmo. Ou seja, a cerimônia fúnebre de seu círculo vicioso de expansão, onde determinados passos vitais de monopólios ou oligopólios, econômica e extraeconomicamente privilegiados, por fusão, absorção ou aniquilamento de unidades produtivas “menores”, passos alavancados por um dado padrão de capacitação técnica, redundam logo adiante em novo “desequilíbrio” entre a renovada produtividade operante e a potencialidade de uma nova “racionalização” tecnológica, que reabre o processo da deglutição progressiva de aparatos produtivos, reduzidos à condição de excedente obsoleto e rebeldes à “verdadeira racionalidade” da produção de mercadorias. (CHASIN, 2000b, p. 181)

Chasin ressaltava, portanto, que, com o desenrolar dos ciclos de acumulação de capital, a competição entre capitais ganhava contornos mais destrutivos e de maior acirramento. Consequentemente, os capitais que se formavam no interior de nações com menor acúmulo de capital tendiam a ficar para trás ou, alternativamente, especializar-se em atividades menos atrativas – em termos de lucratividade, é claro. É assim que, resignadamente, surgiu a questão da “vocalização brasileira” para atividades extrativistas.

Antes de avançarmos, entretanto, cabe analisar a manutenção (ou não) dessa dinâmica 30 anos mais tarde. Para isso, devemos considerar o fato de que, paralelamente ao afunilamento de tal dinâmica, o desenvolvimento tecnológico sobre atividades administrativas, bem como a expansão de novas manobras financeiras, possibilitara uma aparente mudança na paisagem dos negócios. Muitos autores (cf.

LAMOREAUX; RAFF; TEMIN 2003; LANGLOIS, 2004), inclusive, passaram a argumentar que estaríamos testemunhando um retorno à configuração competitiva que teria estruturado o capitalismo do século XIX. Ou seja, se estivessem certos, estaríamos entrando num contexto competitivo em que a arena global estaria sendo invadida por pequenas empresas (*start-ups*) altamente inovadoras. Seria, nesses termos, uma oportunidade única para que as nações de capitalismo híper-tardio pudessem transformar aquele que já parecia um destino imutável.

Chama a atenção, entretanto, como ideólogos empresariais passam a equiparar empreendimentos de diversas configurações e que exigem volumes de capital completamente distintos. A discussão tem inclusive assumido contornos quase morais, ao indicar que não se pode fazer distinção entre uma grande empresa de aviação e um pequeno produtor de cerveja artesanal, ao mesmo tempo em que se constrói a figura heroica do empreendedor.

O mito fundador das empresas de tecnologia do Vale do Silício é possivelmente a pedra angular desse ideário. No entanto, ele possui quase infinitas variações. No Brasil, recentemente, ele foi adaptado por Pablo Marçal e a sua defesa da “prosperidade”. Nessa linha particular, concebe-se inclusive que uma nação próspera é uma nação composta por uma infinidade de pequenos empreendedores, e não uma nação com grande acúmulo de capital.

A questão central, todavia, nunca foi essa. Mantido o devido distanciamento, não é difícil reconhecer que a dinâmica identificada por Chasin é ainda a prevalecente (e nem poderia ser diferente dentro da ordem capitalista). Poderíamos, por exemplo, indicar que no setor de tecnologia cinco grandes empresas acumulam quantias proibitivas de capital e alimentam preocupações quanto ao seu poder de mobilização sobre diferentes esferas da economia.

Não há, portanto, atalho na corrida capitalista, como a literatura – acadêmica ou política – que embala essa narrativa faz crer. A novidade está unicamente no circuito de investimentos para atividades inovadoras ou de risco. Na linha de Santos (2021), podemos sustentar que essas novas formas empresariais derivam de mudanças na dinâmica de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (num contexto de menor lucratividade) e não num revolucionamento das bases da competição capitalista.

Na prática, na medida em que o estado perde protagonismo, as típicas *start-ups* surgem como pequenos empreendimentos de risco que, caso bem-sucedidos, seriam integrados ao grande capital. Trata-se, portanto, de um meio encontrado pelo

capital para mitigar riscos e perdas, uma vez que as possibilidades de se obter retorno elevados são menores. Os casos *Youtube* e *Twitter* exemplificam bem essa dinâmica, quando bem-sucedida. Ainda tendo como referência estes dois casos, apesar de tais negócios não demandarem, diretamente, um largo emprego de força de trabalho, o volume de capital necessário para a sua operacionalização em larga escala assume cifras completamente inalcançáveis para o pequeno capital de fato (cf. SCHAAKE, 2024). Poderíamos, inclusive, indicar que o baixo emprego de força de trabalho só é possível por conta dos investimentos maciços em estrutura, que automatizam o tratamento dos dados, bem como em função de brechas legais que não culpabilizam essas empresas por conteúdos indevidos que são publicados em suas plataformas diariamente.

Desse modo, tais negócios só puderam se manter relativamente pequenos (em termos de volume de capital) na sua fase experimental. O crescimento estrondoso, que ocorreu anos mais tarde, não foi fruto de uma dinâmica virtuosa calcada em eficiência operacional e administrativa e altos lucros, mas sim de sua completa integração ao circuito do grande capital (GUEDES, 2024). Fato análogo ao que estamos testemunhando, neste momento, com a *Open AI*.

Uma vez que a dinâmica capitalista segue a mesma lógica, ou seja, o pequeno capital segue sendo menos lucrativo que o grande capital (e, portanto, o capital atrófico segue emboscado pelo capital em sua completude), podemos analisar, agora, aquelas que Chasin indicava como as determinantes centrais que colocam o capital em crise.

A primeira indicação que merece destaque é “em primeiro lugar” a de que “a crise, na abissalidade do concreto, nunca foi antes tão visceral quanto abrangente, pois é gerada não apenas pelos traços mais débeis e problemáticos do capital mas, ao contrário, pelas suas qualidades mais positivas” (CHASIN, 2000b, p. 179).

Ainda que posta em termos simples, a assertividade de tal afirmação e a validade dela nos anos que se seguiram é facilmente constatável. Para isso, basta indicarmos que, nos últimos 30 anos, a crise mais destrutiva teve origem no polo vitorioso do quadro global, a crise estadunidense de 2008. E, desde então, a economia mundial jamais passou por um ciclo prolongado de crescimento.

Antes, no entanto, de avançarmos sobre essa dinâmica, vale a pena trazer algumas passagens mais longas em que o autor de *A miséria brasileira* detalhava o seu diagnóstico quanto às crises do capital.

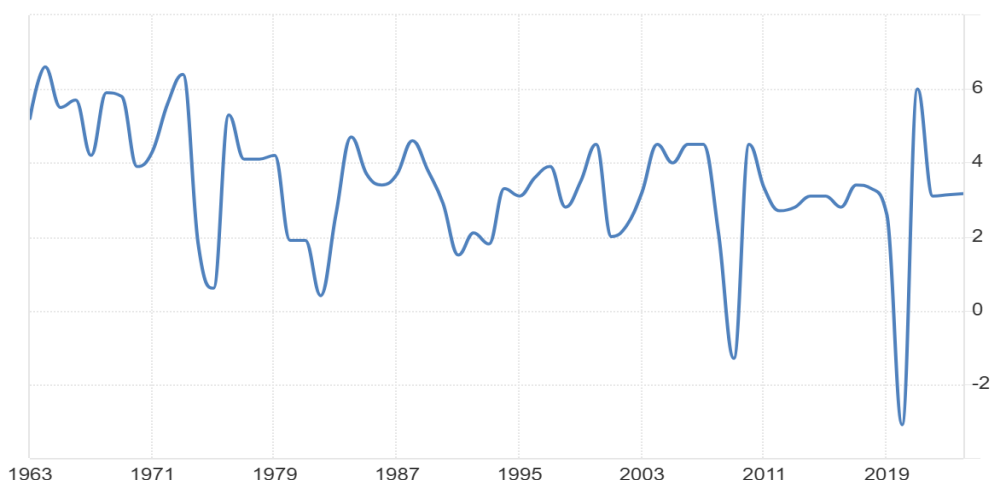
Numa palavra, o discurso apologético do capital torna intercambiáveis determinações completamente diversas: a indicação abstrata e verdadeira de que – as crises, em geral, são fontes virtuais do novo – e a situação, completamente diversa em gênero, número e grau – de crise estrutural do capital – que hoje perfaz a globalidade da existência deste e de sua forma de sociabilidade.

Crise estrutural, isto é, orgânica e permanente, para a qual não há possibilidade de superação no interior da lógica do capital, de modo que ambas, crise e sistema, estão fundidas de modo definitivo, condenando a sobrevivência do capital ao metabolismo crítico que na atualidade o caracteriza. Assim, viver e sobreviver para o capital tornou-se existir na e através da crise. De cada crise do capital não tem brotado o novo, mas a reiteração de si próprio em figura agigantada, de igual ou maior problematidade. Em palavras diversas: a reprodução ampliada do capital, contemporaneamente, reproduz a si mesmo em proporções inauditas, ao mesmo tempo em que reproduz em tamanho correlato sua crise constitutiva. Trata-se da reconversão administrada da crise em meio de existência. É do que consiste, em verdade, sua mágica: a faculdade adquirida de sustar, através de meios econômicos e extraeconômicos (atividade estatal incidente no cerne dinâmico da sociedade civil), a virtualidade explosiva da crise. [...] Para efeito prospectivo, nem uma coisa nem outra autoriza suposições precipitadas: nem que, na curva da próxima esquina, o capital exhibirá as próprias vísceras, sob o impacto de um encontrão do seu ventre de chumbo consigo mesmo; nem, muito menos, que com mais algum tempo, com o tempo que fosse necessário, elaborando ainda mais seus procedimentos econômicos e tornando mais fina e eficiente a intervenção estatal, na esfera da produção e reprodução material do mundo, o capital, por fim, depurado de suas contradições, alcançaria a perfectibilidade, quando então, redimido de seu próprio mau caráter, proporcionaria a si e democraticamente a todos a participação no mercado – nirvana, enfim, conquistado para todo o sempre. (CHASIN, 2000b, pp. 181-2)

Chasin, portanto, advogava que a crise era resultado da própria dinâmica “virtuosa” do capital e não de vícios que poderiam ser perfectibilizados. Esse apontamento é fundamental pois, veremos adiante, os esforços lançados na tentativa de reversão do quadro de estagnação não geraram quaisquer efeitos dignos de nota, a não ser individualmente e em detrimento de outras economias.

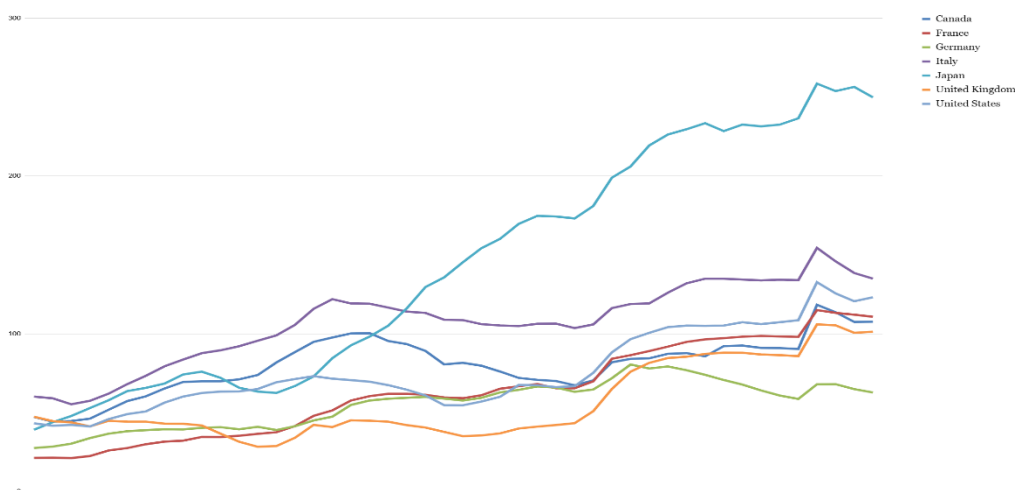
Para precisarmos como o problema vem se agravando desde a publicação dos últimos textos do nosso autor, podemos indicar, entre outros fatores: (I) a queda geral do ritmo de crescimento da economia capitalista em termos globais (Gráfico 1); (II) a queda do ritmo de recuperação pós-crise (Gráfico 1); e (III) a intensificação dos esforços governamentais para a reversão dessa queda (Gráfico 2). Ou seja, fica claro que independentemente do título (“crise estrutural”, “longa depressão”, “grande recessão”, etc.), “viver e sobreviver para o capital tornou-se existir na e através da crise”.

Gráfico 1: Evolução anual do PIB global



Fonte: tradineconomics.com

Gráfico 2: Evolução do endividamento governamental do G7 (em % do PIB), 1978-2023



Fonte: IMF - Global Debt Database (Dec 2024).

A economia capitalista, diante da impossibilidade de manter o ritmo de crescimento do início da segunda metade do século XX, parece ter entrado, momentaneamente, numa dinâmica de hibernação. Nela, ao mesmo tempo em que não testemunhamos crescimentos sustentados, as depressões também ocorrem em ritmo menor do que o esperado. Ou seja, ao evitar as derrotas acachapantes, o capital conquistou, na melhor das hipóteses, vitórias burocráticas.

Nessa direção, é interessante notar a feliz imagem cunhada por Brenner (2006), que sinaliza que a economia global entrou numa dinâmica de jogo de soma zero. Com essa imagem, ele sugere que, com taxas tão baixas de crescimento, para uma nação

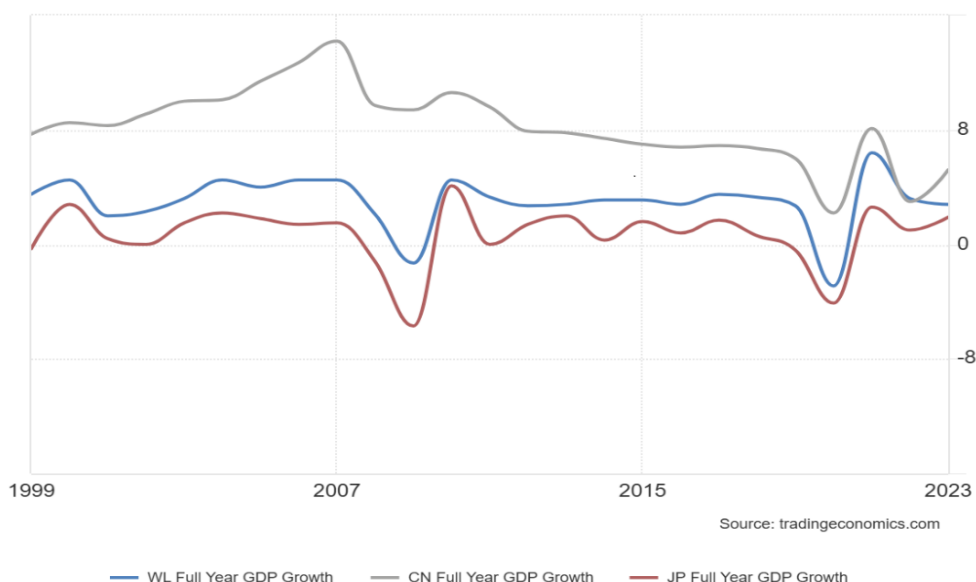
prosperar, outra deve necessariamente declinar. Tal dinâmica é resultado inevitável da própria lógica do modo de produção capitalista, pois, na medida em que a competição entre diferentes frações do capital pressiona pela busca constante do aumento da produtividade (o que, em outras palavras, significa a redução da necessidade de trabalho vivo), esmaga-se o potencial de geração de mais-valor (cf. MARX, 2017).

Na prática, isso significa que o impressionante crescimento da economia chinesa, que ocorreu nas últimas décadas, aconteceu em detrimento do crescimento de outras economias. O Gráfico 3, inclusive, apresenta esse fenômeno de forma bastante clara. Nele, podemos perceber que o crescimento da economia chinesa acontece em detrimento do crescimento da economia japonesa (uma vez que a linha que sinaliza o crescimento da economia global fica entre ambas).

É fundamental reconhecer também que o atual crescimento da economia chinesa, na medida em que contribui para o aumento da produtividade, pressiona negativamente o potencial de crescimento global nos próximos anos. Ou seja, torna-se cada vez mais improvável que outras nações consigam reproduzir o sucesso recente da economia chinesa, ainda que sigam a mesma cartilha. O que nada mais é do que a evidenciação da relação já identificada por Marx (2017) – conhecida como a Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro².

Gráfico 3: Comparação PIB chinês (CN) x PIB japonês (JP) x PIB global (WL)

Fonte: tradineconomics.com



² Em termos pedagógicos, podemos indicar que a massa de lucro a ser distribuída pelas diversas formações capitalistas equivale à massa de mais-valor que foi gerada. Na medida em que, com o aumento da produtividade, diminui o emprego de força de trabalho, reduz-se a geração de mais-valor e, desse modo, reduz-se a massa de lucro a ser distribuída pelos diversos grupos econômicos.

Ainda nesse quadro, a economia japonesa, como sugere o Gráfico 3, é também um bom exemplo do deterioramento das bases que sustentam a malha econômica global. O impressionante salto de produtividade gerado pelas empresas japonesas nos anos 1960 e 1970, ao invés de expandir horizontes, reduziu o seu potencial de crescimento nas décadas seguintes. Chama a atenção inclusive o fracasso do grande esforço realizado pelos gestores políticos japoneses, mediante ampliação de gastos governamentais, na tentativa de voltar a impulsionar a acumulação capitalista no Japão (Gráfico 2).

O clima de animosidade que tem tomado conta das relações internacionais é reflexo desse quadro de crise do capital, disfarçado de longa estagnação. Na impossibilidade de um crescimento global e sustentado, diferentes frações do capital pressionam gestores políticos para que criem as condições internas mais favoráveis para sua acumulação (ROBINSON, 2025). Em muitos casos, como atualmente nos Estados Unidos, o que temos visto é, na realidade, frações do capital se apoderando diretamente do estado, visando a instrumentalizá-lo principalmente no enfrentamento do capital radicado na China (PAÇO CUNHA, 2025a).

O cenário atual é, contudo, de tamanha aridez que tal dinâmica inclusive ameaça outras frações do capital, também radicadas nos Estados Unidos, mas que ficaram de fora da “coligação vencedora”. É importante, portanto, frisar que o nacionalismo do capital é somente para consigo mesmo.

Finalmente, norteados por tais determinações, podemos nos debruçar sobre a trajetória brasileira desde a conclusão do itinerário chasiniano e, a partir disso, jogar luz sobre o atual campo de possibilidades.

2. A posição brasileira

Nos termos de Marx (2013; 2017), podemos indicar que o modo de produção capitalista é composto por uma interminável sucessão de ciclos de acumulação de capital, sendo que o novo ciclo tem início a partir do ponto de chegada do ciclo anterior. Ou seja, se o ciclo anterior foi positivo em termos de acumulação, o novo ciclo conta com maior aporte de capital para iniciar suas atividades e, portanto, se tudo ocorrer dentro da normalidade, ao seu final, terá realizado quantias ainda maiores.

Como as economias capitalistas são, porém, constantemente atormentadas pela ameaça de eclosão de crises econômicas, imensos esforços são realizados para

assegurar o sucesso dos ciclos de acumulação. Toda a experiência colonial pode ser, esquematicamente, inserida nos esforços de nações europeias para garantir o sucesso da acumulação de capitais individuais que nelas surgiam. Ou seja, enquanto até meados do século XIX os capitais inglês, francês e estadunidense assumiam a liderança da corrida capitalista, a economia brasileira, na prática, ficava restrita à condição de um mero meio de impulsionar a acumulação estrangeira. A situação, no entanto, se agravou à medida que Alemanha e Itália iniciaram um processo acelerado de industrialização, enquanto a economia brasileira, apesar de mudanças na configuração política, seguiu em condições similares.

Para devidamente avaliar a estreiteza e desfavorabilidade das condições sob as quais principia a emergir o “capitalismo verdadeiro” no Brasil, basta considerar, o que é essencial, que “concretamente as condições [...] levam à reiteração da chamada ‘vocação agrícola’ do país, especializando-o ainda mais na produção de mercadorias de realização *externa*. O aprofundamento dessa especialização fez com que o financiamento da realização do valor da economia agroexportadora fosse, também, e não por acaso, *externo*. Este ponto, fundamental para a compreensão do processo, forma uma espécie de círculo vicioso: a realização do valor da economia agroexportadora sustentava-se no financiamento externo e este, por sua vez, exigia a reiteração da forma de produção do valor da economia agroexportadora. Simultaneamente, o mecanismo de financiamento *externo* bloqueava a produção do valor de mercadorias de realização *interna*. Na exacerbação desse processo, os requerimentos do financiamento externo acabavam por consumir todo o valor da economia agroexportadora, com o que negavam a própria forma de produção; em última análise, o valor gerado pela economia agroexportadora acabou por destinar-se substancialmente a pagar *os custos da intermediação comercial e financeira externa*, operando-se uma redistribuição da mais-valia entre *lucros internos e lucros e juros externos* completamente desfavorável aos primeiros; em outros termos, uma parcela substancial do produto não podia ser reposta senão através dos mesmos mecanismos de financiamento externo”. Consequentemente, “enquanto se inviabilizava em si mesma, a economia agroexportadora bloqueava o avanço da divisão social do trabalho no rumo do capitalismo industrial, na medida em que reiterava os mecanismos da intermediação comercial e financeira externa, que nada tinham que ver com a realização interna do valor da produção de mercadorias dos setores não-exportadores. O financiamento da acumulação de capital nos setores não-exportadores não passava pela intermediação comercial e financeira externa típica da economia agroexportadora, que consumia a maior parte do excedente social produzido não apenas pelas atividades de exportação, mas pela totalidade do sistema econômico”. (CHASIN, 2000a, pp. 56-7)

É fundamental reter, portanto, que mesmo quando foi dada a largada para que, a economia brasileira pudesse iniciar o seu processo de industrialização, tal processo

não só se iniciou de forma extremamente tímida, mas também acontecia de maneira que seguia impulsionando, em maior medida, a acumulação estrangeira. Nessa direção, aqueles que detinham o capital no país também não nutriam a ambição de ingressar na corrida capitalista e, portanto, pouco fizeram no sentido de gerar um processo de industrialização brasileiro. Considerando os horizontes restritos desses indivíduos, o modelo agroexportador atendia a suas ambições apequenadas, mas impedia qualquer esforço de gerar um processo de desenvolvimento social – independentemente de qualquer configuração distributivista.

Desse modo, como já destacado pelo nosso autor, o sistema produtivo brasileiro não foi estruturado de maneira que possibilitasse qualquer projeto mais ambicioso do que o funcionamento do já existente sistema agroexportador. É fundamental reter que, dentro desse sistema, a massa de riqueza gerada era tão limitada que a fortuna dos grandes proprietários rurais dependia necessariamente da máxima miséria dos demais setores da sociedade (inclusive, qualquer protótipo de capital industrial).

Voltamos a enfatizar, nessa direção, que a distância já imposta pelos líderes da corrida capitalista seguia num processo de alargamento e, assim, Chasin, valendo-se da ironia engelsiana, acrescentava que:

Tal a disparidade do estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, em face daqueles países, que quaisquer *igualizações* ou *identificações*, além de impossíveis, são verdadeiramente uma brutalidade teórica. Tamanhas as diferenças de grau e de forma de objetivação do capitalismo que, parodiando Engels quando compara a Alemanha à França, em plena vigência da via prussiana, diríamos que, mesmo se tudo corresse bem para o Brasil, e a estabilidade dominasse o panorama universal, ainda assim, quando todos já estivéssemos bem velhos, lá por volta do ano 2000, o Brasil ainda não teria atingido o estágio da Alemanha em 1913, na qualidade desta de emergente elo débil da cadeia imperialista. (CHASIN, 2000a, p. 57)

Nosso autor denominou o capital que se formou em território brasileiro *capital atrófico*, dada não apenas a sua baixa estatura, mas também o fato de ficar confinado a atividades derivadas do sistema agroexportador. E essa é uma diferença que não pode ser menosprezada entre a “via colonial” e a “via prussiana”. Apesar do ingresso tardio na corrida capitalista, uma vez que Itália e Alemanha iniciaram o seu processo de industrialização, o capital que lá atuava estruturou-se rapidamente e se colocou em condições de perseguir o capital industrial radicado na Inglaterra e na França. Já como um produto da via colonial, o capital brasileiro jamais ambicionou transcender os seus

limites iniciais, e, desse modo, o máximo que alcançou foi se associar, de forma subordinada, aos primeiros.

Assim, à medida que os constrangimentos particulares do capital atuante no Brasil cruzaram com os constrangimentos, cada vez maiores, gerados pela evolução universal da economia capitalista, o capital atrofico teve de aceitar a sua incompletude congênita.

Traços que, reduzidos ao essencial, conferiam ao país o semblante de uma entificação nacional que pelejava para completar sua formação capitalista, mas que reproduzia sempre, apesar da multiplicação das formas de crescimento e diversificação econômicas, a incompletude de seu capital e, por consequência, suas peculiares mazelas sociais e políticas. (CHASIN, 2000c, p. 303)

Nesse quadro, Chasin destacava ainda a “instrumentalização estrutural do poder político pelo capital atrofico em seu benefício exclusivo” (2000b, p. 213), o que determinou que, ao longo de todo o século XX, os esforços políticos não se dessem pela reversão do atraso. Na direção contrária, o poder político se colocou como um muro, ao mesmo tempo protetor e confinador, do capital atrofico. Em outras palavras, na medida em que o frágil sistema agroexportador contou seguidamente com o socorro estatal, jamais se viu obrigado a perseguir outras alternativas (entre elas, ingressar na corrida industrial).

Expressando tal problemática, o autor se valeu reiteradamente da ideia de que a *evolução nacional* não fora acompanhada por uma onda de *progresso social*, mesmo nos poucos momentos em que a economia brasileira pôde avançar competitivamente na malha global. Nesses momentos, o mercado interno pouco pôde se expandir, uma vez que a plataforma de crescimento seguia calcada no máximo arrocho salarial e na associação subordinada ao capital industrial externo. O mercado consumidor brasileiro sempre ficou, portanto, aquém até mesmo de suas necessidades mais elementares, ao mesmo tempo em que o capital industrial, que veio a atuar em território brasileiro, jamais pressionou para cima a massa salarial. Na realidade, na contramão disso, o que de fato atraiu este mesmo capital foi justamente a possibilidade de pagar salários inferiores ao de seus países de origem. Ainda assim, essa plataforma de crescimento - calcada no arrocho salarial e na atração de capital externo - tornou-se o único projeto a contar com o engajamento síncrono dos principais grupos econômicos e lideranças políticas no país. Enquanto o projeto oposicionista - “de esquerda” - não ousava tocar nessas bases, pretendendo resolver o problema por meio da construção de uma estrutura distributivista - sempre muito mais idealizada do que racionalizada a partir

de bases concretas.

O próprio Chasin destacava que, para além das querelas eleitorais e excetuadas raríssimos casos, o projeto oposicionista jamais transcendeu as ilusões distributivistas. O que, inclusive, pudemos constatar de forma até mais bem exemplificada nos anos que se seguiram ao encerramento do itinerário chasiniano, durante as gestões petistas. Podemos até, calcados na crítica chasiniana ao politicismo, sugerir que a plataforma distributivista foi a realização econômica miserável do ideário politicista. Sem encarar as bases atroficas do capitalismo brasileiro, as gestões petistas pretenderam resolver o problema por meio de uma atuação política calcada exclusivamente na criação de programas de distribuição de renda. Dentre eles, tivemos programas que destinavam recursos às camadas mais empobrecidas da sociedade brasileira (como o Bolsa Família), mas também programas que canalizavam recursos diretamente para o bolso dos detentores de capital (via desoneração tributária).

Podemos considerar, distanciados do discurso espetaculoso que cercou principalmente a criação dos programas sociais, que tal solução política foi, na melhor das hipóteses, a transferência do problema para a própria sociedade civil. De um lado, o governo torcia para que os empresários empregassem as sobras geradas pela desoneração tributária em novas atividades produtivas; do outro, contava que os programas sociais criariam uma massa de novos consumidores. Na prática, no entanto, as bases da acumulação capitalista em território brasileiro seguiram constituídas pela plataforma agroexportadora e a associação subordinada com o capital externo. Como veremos em mais detalhes na sequência, parte importante dos recursos distribuídos pelo governo federal acabaram, na prática, impulsionando a acumulação do capital industrial chinês.

Por outro lado, Chasin advertiu também, em “O poder do real”, que mesmo as poucas figuras que, historicamente, transcenderam essa plataforma miserável – como Brizola – aos poucos foram ficando aquém do tamanho da tarefa. Nesse mesmo texto, Chasin indicava que:

O sistema produtivo nacional, desde sempre, encarnou seus perfis e o teor de suas modernizações subordinado aos empuxos dos polos hegemônicos mundiais. Não é diverso o que se passa agora, diante da mais radical das revoluções tecnológicas, combinada ao quadro da globalização econômica. Todavia, dada a qualidade e a envergadura destas e o próprio grau de desenvolvimento material alcançado no país, as margens de manobra nos ajustes e seus efeitos possíveis também se diferenciaram, ao mudarem de natureza. Para o bem e para o mal, aqui se fecha e fica para trás um longo ciclo, cujas carac-

terísticas dominaram a maior parte do cenário brasileiro neste século. Traços que, reduzidos ao essencial, conferiam ao país o semblante de uma entificação nacional que pelejava para completar sua formação capitalista, mas que reproduzia sempre, apesar da multiplicação das formas de crescimento e diversificação econômicas, a incompletude de seu capital e, por consequência, suas peculiares mazelas sociais e políticas. Toda essa problemática perdeu suas âncoras e se transfigurou, no bojo dos novos parâmetros internacionais do sistema de produção e circulação de mercadorias. (CHASIN, 2000c, p. 303)

Dado o caráter mais sintético deste texto, em relação ao de 1989, não podemos avançar de forma mais fundamentada sobre o conteúdo desta última crítica chasiniana. Podemos, no entanto, partindo de seus trabalhos anteriores – em especial o de 1989 –, e de olho nos dados contemporâneos, acrescentar outras indicações. Para isso, devemos ainda mencionar aquilo que Chasin colocava como a necessidade de se desenvolver um projeto alternativo, o que explicitou mais longamente em *A sucessão na crise e a crise na esquerda*, destacando, principalmente, aquilo que denominou de “a primeira transição”.

Ao contrário das propostas que visam econômica e/ou politicamente a completar o capital incompletável, a primeira transição parte dessa incompletude como face irremovível, diante da qual a perspectiva do trabalho desencadeia sua lógica, nos contornos de sua afirmação defensiva [...]. A mudança do sistema de produção, na impossibilidade da superação do modo de produção, é o aspecto central do momento transitório primário, constitui propriamente seu objeto concentrado, uma vez que é o meio e a forma de combater e eliminar a exclusão social pela sua raiz – a superexploração do trabalho. Subentende um programa econômico de recomposição da malha dos setores produtivos, do redirecionamento de prioridades e da alocação de recursos (privados e públicos), de maneira que o aparato de produção e reprodução material da vida seja posto a serviço da sociedade global, deixando assim de funcionar exclusivamente em benefício da acumulação do capital atrofico e metropolitano. Não se trata de optar acanhadamente entre uma economia exportadora e uma economia de mercado interno, mas da estruturação de um conjunto que não seja exportador à custa da força de trabalho (pela exploração da perversamente chamada mão de obra barata), nem concentrado sobre o mercado interno através do amesquinamento das necessidades e da forma de satisfazê-las. (CHASIN, 2000b, p. 179)

Analisando o leque de opções, mais de 35 anos após a propositura de tais lineamentos, os meios empregados certamente já não seriam os mesmos – o que inclusive justifica a crítica a Brizola –, mas, também não restam dúvidas de que o fim almejado permanece. Parece claro que o autor defendia a criação de um sistema produtivo de maior envergadura e capaz de gerar maior progresso social, ainda que confinado aos limites do modo de produção capitalista. Tal sistema deveria necessariamente integrar atividades produtivas mais complexas, capazes de gerar

produtos de maior valor monetário e, ao mesmo tempo, remodelar o padrão de qualificação e remuneração da força de trabalho atuando em território brasileiro. Tratava-se, portanto, de abandonar, de um lado, a plataforma agroexportadora e, de outro, uma política industrial que, na realidade, limitava-se à atuação estatal em setores estruturais e à criação de meros incentivos para atrair o capital industrial externo. Lembrando, é claro, que o incentivo principal era a promessa de uma força de trabalho barata e disciplinada, o que reduzia drasticamente qualquer “efeito multiplicador”.

Como salientamos na seção anterior, entretanto, numa economia global encurralada na dinâmica de um jogo de soma zero, para que o sistema produtivo brasileiro possa se complexificar, ele precisa superar competidores estrangeiros mais bem posicionados na corrida capitalista. Isto é, ele deve necessariamente superar competidores que, entre outros fatores, contam com (I) uma cadeia de abastecimento (fornecedores) e uma cadeia de distribuição (consumidores) já bem estruturada; (II) a capacidade de produzir em larga escala com custos mitigados; (III) pesquisa de base que possibilita incorporar inovações aos produtos ou aos métodos de produção; e (IV) capacidade de ingressar em novos setores que surgem a partir de desdobramentos tecnológicos.

Nessa perspectiva, uma vez mais devemos salientar que, enquanto a plataforma politicista abstrai as bases concretas do problema, a plataforma brizolista parecia encarar o problema somente de forma parcial. Em suma, ainda que em níveis distintos, ambas ficavam e ainda ficam aquém do tamanho da tarefa.

O filósofo brasileiro, em “O poder do real”, acrescentava que “crescer passou a supor a capacidade de ocupar nichos na infinitude da malha de produção atualizada, universo no qual os mercados interno e externo não mais se distinguem” (CHASIN, 2000c, p. 304), e sugere:

O Brasil, no futuro imediato e palpável, é do grupo restrito de nacionalidades periféricas que maior proveito pode tirar da nova forma de acumulação ampliada do capital. Em verdade, não tem alternativa: ou participa dessa civilização ou envereda pela estagnação degenerativa. Pelo seu porte econômico, cultura e modernização tecnológica e a recém-adquirida estabilidade política, tem inserção produtiva assegurada nos planos regionais e internacionais, inclusive pela experiência acumulada no comércio exterior. (CHASIN, 2000c, p. 304)

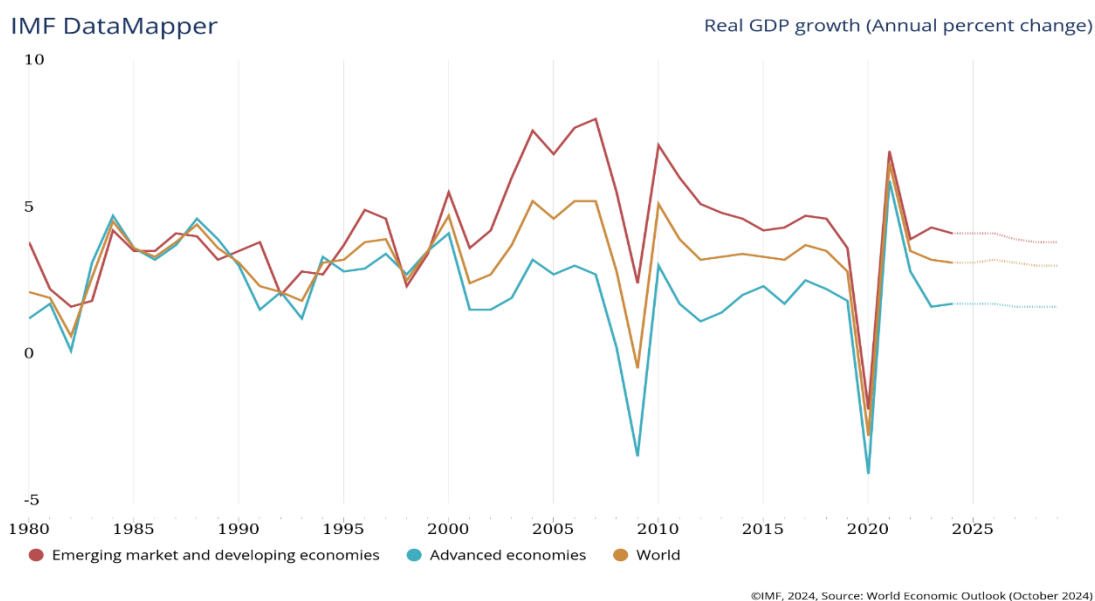
Parece-nos, portanto, que, mesmo reconhecendo algum poderio do capital industrial brasileiro – o qual inclusive se apequenou desde então –, Chasin indicava a impossibilidade de o sistema produtivo brasileiro vir a se colocar em condições de

enfrentar, em várias frentes, os competidores externos.

Três décadas depois, devemos reconhecer – se não lamentar – que, mesmo na análise de Chasin, parece que o pessimismo foi demasiadamente moderado. No momento em que nosso autor escrevia, o *mainstream* econômico vivia uma onda de grande euforia e, nessa linha, elegia um grupo de nações com imenso potencial de crescimento: os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O que obviamente ficava de fora da euforia econômica – mas não escapava a Chasin – era o fato de que não haveria espaço para que todas essas nações se desenvolvessem igualmente. Na realidade, na contramão disso, o crescimento de algumas dependeria da estagnação de outras. O autor de *A miséria brasileira*, até certo ponto, colocou bem essa questão quando indicou que “crescer passou a supor a capacidade de ocupar nichos”. O que não foi antecipado – e nem poderia ser – é que esses nichos seriam ocupados pelo capital chinês.

Nessa linha, o Gráfico 4 de fato justifica a grande expectativa criada sobre as “economias emergentes” naquele momento. Desde 1995, constantemente, esses países, se analisados conjuntamente, impuseram-se sobre as economias centrais, o que inclusive reforça o ponto que já havíamos destacado por meio do Gráfico 3 (comparando a evolução do PIB chinês à do PIB japonês).

Gráfico 4: Comparação PIB: economias emergentes x economias avançadas x economia global



Fonte: IMF - GDP Growth (Annual percent change) (Dec 2024)

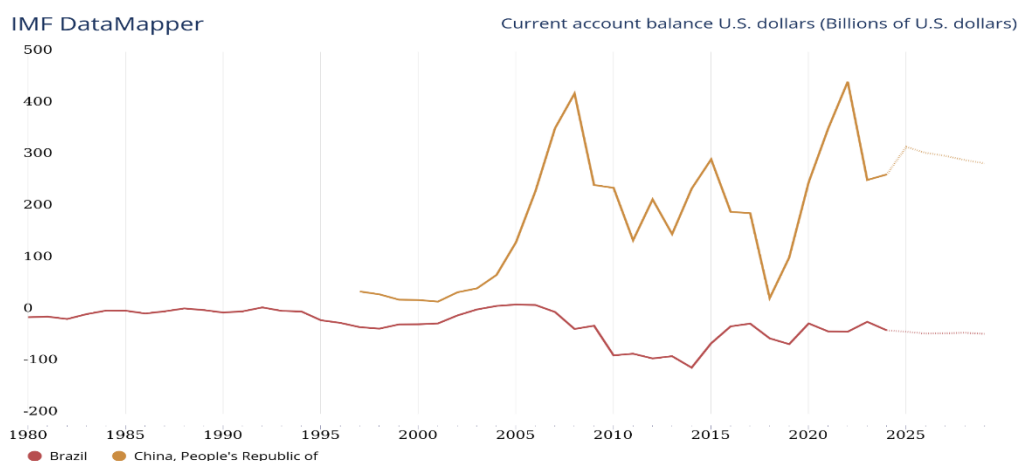
Por outro lado, devemos reconhecer que tal dinâmica não indica uma ruptura em relação à subordinação dessas economias ao capital acumulado nos países centrais

e muito menos reforça a tese que mencionamos na seção anterior (de que estamos retornando à configuração competitiva do século XIX). Quando, por exemplo, companhias estadunidenses se deslocam para o território chinês, o seu sucesso impulsiona os dados de crescimento chinês, ainda que, no final das contas, o controle sobre a maior parte da riqueza gerada permaneça em mãos norte-americanas.

A grande novidade é que o governo chinês foi capaz de criar uma estrutura de disciplinamento do capital externo – impondo regramentos e exigindo contrapartidas – que, aos poucos, foi impulsionando uma dinâmica de crescimento menos dependente. Ou seja, a China foi capaz de atrair capital externo, incorporar sua tecnologia e processos de trabalho e, a partir disso, criar uma estrutura própria. Desse modo, o sistema produtivo chinês foi ganhando posições na corrida capitalista, na medida em que ingressava em setores produtivos tecnologicamente cada vez mais complexos. Esse mesmo sistema produtivo vem subordinando outros sistemas a ele (entre eles, o brasileiro).

Analisando, mais particularmente, a relação China/Brasil, podemos perceber, de um lado, como a balança de pagamentos³ brasileira seguiu praticamente inalterada durante todo o período, enquanto a chinesa se tornou extremamente superavitária (Gráfico 5). O que indica que o sistema produtivo chinês se tornou um dos mais poderosos no comércio mundial. Paralelamente a isso, podemos perceber também que, na comparação China x Brasil, em termos de PIB, o crescimento daquela também se deu em detrimento deste.

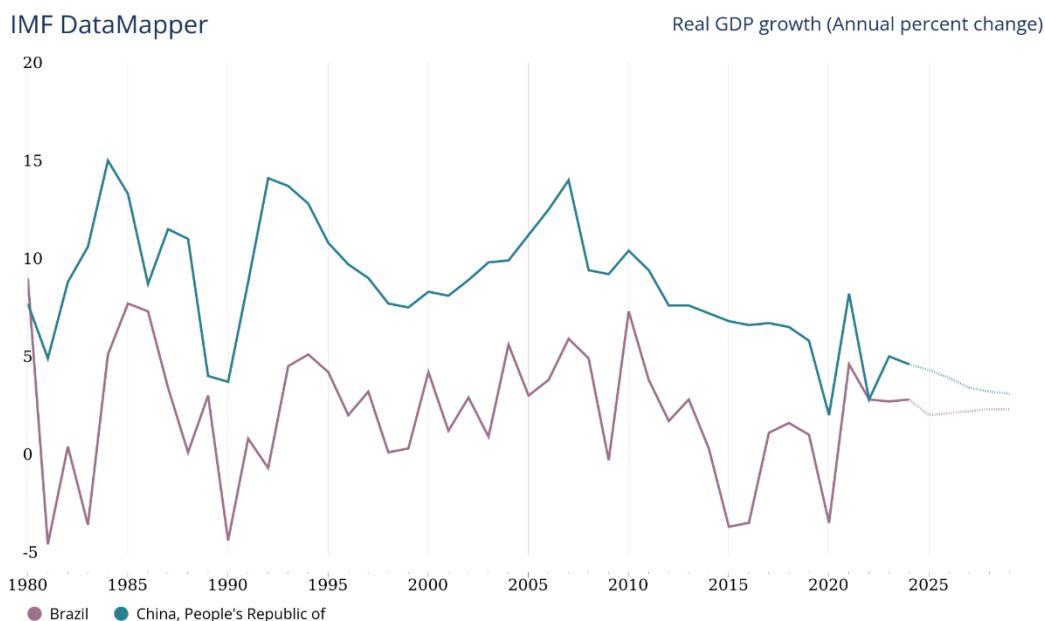
Gráfico 5: Comparação da Balança de Pagamentos: China x Brasil



Fonte: IMF - Current account balance U.S dollars (Dec 2024)

³ Balanço de pagamento registra o saldo das transações entre um país e o resto do mundo. Uma balança superavitária sugere, portanto, que o valor das exportações supera o valor das importações.

Gráfico 6: Comparação PIB: China x Brasil



©IMF, 2024, Source: World Economic Outlook (October 2024)

Fonte: IMF - GDP Growth (Annual percent change) (Dec 2024)

Esses dados, portanto, evidenciam que a janela de oportunidade identificada por Chasin, de fato, existia; porém, não foi devidamente aproveitada pelo capital atuante no Brasil. A grande questão agora é se ainda haveria espaço para, revolucionando o sistema produtivo, seguir o caminho traçado pela China, ou se, dentro dos limites do modo de produção capitalista, o que resta é unicamente lamentar as oportunidades desperdiçadas.

É claro que a resposta para esse tipo de questionamento somente pode ser dada *a posteriori*. Ao mesmo tempo, é certo que, se mantida a trajetória atual, o sistema produtivo brasileiro seguirá a sua trajetória declinante, comprometendo, com isso, as possibilidades mínimas de progresso social no país. Ou seja, abdicar de tentar mudar os rumos da história não é uma opção razoável. A isso podemos adicionar ainda que – considerando, de um lado, a crise ambiental e, de outro, a esperança de transição para além do capital – o desenvolvimento do sistema produtivo brasileiro, atendendo às exigências adaptativas, é uma necessidade irrevogável.

Na prática, portanto, esses pontos indicam que o caminho proposto por Chasin segue sendo o único passível de ser traçado. Os questionamentos que devem ser feitos se dão quanto ao que podemos esperar dentro dos limites da ordem capitalista e, principalmente, quanto aos meios que devem ser empregados para buscar as transformações.

Quanto aos últimos, a questão decisiva segue sendo o enfrentamento da linha de defesa montada em torno do sistema produtivo existente. Como já indicamos, com alguma exaustão, o atual sistema atende às baixas pretensões dos detentores de capital atuantes no Brasil. Nessa linha, qualquer aventura política que busque reverter o quadro, mas se abstenha de enfrentar decisivamente essa questão, não contará com os recursos financeiros mínimos para que possa ter algum sucesso.

Podemos, a título de exemplo, rememorar a estratégia empregada ao longo do governo Dilma II que, diante da crise econômica instalada em 2014, optou por criar grandes pacotes de desoneração tributária, pretendendo, com isso, contar com uma onda de investimentos do capital privado. Na prática, como a própria Dilma admitiu anos mais tarde: “Eu acreditava que, se diminuísse impostos, teria um aumento de investimentos. Fiz uma grande desoneração, brutalmente reduzimos os impostos. Ali fiz um grande erro.” (ROUSSEFF *apud* GOULARTI, 2017)

Uma década depois, qualquer observador minimamente isento deve reconhecer que, no quadro atual, qualquer projeto de mudança que conte com a boa vontade do capital atuante no Brasil não passa de uma peça de ficção. Devemos, contudo e uma vez mais, afastar questões éticas e nos atermos às questões objetivas, pois, se algo pode ser enfrentado, claramente não serão as primeiras.

A continuação do processo que impõe uma pressão negativa sobre a taxa de lucro – o motor da acumulação capitalista – de fato gera incentivos para que o capital ocioso – cada vez maior – flua para os cassinos do mercado financeiro. E este não é um problema exclusivo da economia brasileira. Na realidade, até certo ponto, tal fenômeno está aproximando os problemas brasileiros aos de seus competidores mais avançados. Ainda que a economia brasileira venha de uma longa estagnação, os seus competidores também pouco avançaram. A única exceção é a China, onde as atividades especulativas são *freadas* por restrições impostas pelo estado chinês. Porém, mesmo lá, o problema segue existindo: poderíamos, por exemplo, rememorar o *caso Evergrande*.

Esse caso, inclusive, escancara como, no quadro econômico atual, mesmo no contexto mais favorável para acumulação, ainda assim, as atividades especulativas oferecem retornos mais promissores. Ou seja, aquilo que era uma exceção no passado, sendo criticada pela própria intelectualidade burguesa, tornou-se a regra no prolongamento histórico do capital. Para essa mesma intelectualidade, a crítica moral é a linha de defesa que varre para baixo do tapete a necessidade de enfrentar as

questões objetivas fundamentais. Ela permite, ao mesmo tempo, criticar tanto os agentes especuladores quanto a forma como o estado chinês vem enfrentando os problemas. Contudo, enquanto isso, o problema em si segue intocado.

Esse ponto volta a ser sensível quando encaramos as possibilidades de ação dentro do capitalismo brasileiro. Com um agravante: aqui a figura do especulador é uma constante em telejornais e em programas de análise econômica. Ou seja, aqui os próprios especuladores influenciam decisivamente a opinião pública, transformando, por exemplo, os movimentos da bolsa de valores – que, na realidade, impactam a vida de uma ínfima parcela da população – num indicador econômico da mais alta relevância. Do mesmo modo que os discursos vazios dos operadores do Banco Central ecoam por escritórios de todo o país (PAÇO CUNHA, 2025b). Na prática, portanto, os detentores de capital que atuam em território brasileiro mantêm-se indiferentes a qualquer transformação significativa no sistema produtivo. A novidade é unicamente a formação de um circuito financeiro (REZENDE, 2024) que acompanha a plataforma agroexportadora, delimitando, em grande maneira, a paisagem da economia brasileira.

Nessa linha, se dos detentores do capital não se pode esperar um mínimo esforço para a transformação do sistema produtivo brasileiro, a esperança recai exclusivamente sobre os ombros da classe trabalhadora. Esta, no entanto, parece oscilar exclusivamente entre o ideário politicista (amalgamado no Partido dos Trabalhadores) e a plataforma vazia da *prosperidade* ou do *combate à corrupção*.

Considerações finais

Buscamos indicar, ao longo destas páginas, que os últimos 30 anos foram marcados pelo agravamento do quadro que já havia sido delineado por Chasin entre as décadas de 1980 e 1990. Uma expressão que era muito cara ao autor, a do “prolongamento da utilidade histórica do capital”, inclusive nunca foi tão pertinente. Apesar de cambaleante, o modo de produção capitalista se manteve inabalável ao longo de todos esses anos e, mesmo num momento em que o quadro se agrava, parece mais imaginável que o capital arraste a humanidade para o túbulo do que o inverso; percepção que inclusive é endossada pelos principais gestores econômicos do capital da atualidade (PAÇO CUNHA, 2025a).

Em termos menos cinematográficos, o que vimos foi a continuação – ainda que cambaleante – da acumulação capitalista e, contraditoriamente, como efeito necessário

dela, o agravamento do quadro geral dessa mesma acumulação.

Ao longo dos últimos 30 anos, pelo menos, tornou-se quase impossível separar os elementos virtuosos e os viciosos dos processos capitalistas. Mesmo os avanços tecnológicos mais fenomenais, que em outros momentos – ainda que de forma limitada – acarretavam algum tipo de progresso social (CHASIN, 1997), no quadro contemporâneo desencadearam as maiores ondas especulativas da história do modo de produção capitalista e, cedo ou tarde, desaguaram em graves crises sociais.

Refletindo e agravando esse quadro, globalmente, o apoio popular a formas políticas bonapartistas cresce, na medida em que a blindagem politicista da autocracia burguesa começa a apresentar fissuras.

Econômica e socialmente, a situação brasileira tem refletido perfeitamente esse quadro lamentável. O país arrancou, já no século XXI, por meio de aventuras distributivistas – muito mais planejadas do que de fato executadas e que, portanto, geraram efeitos de curtíssimo fôlego –, passou pela fase dos “campeões nacionais” – uma tentativa quase quixotesca de fortalecer o capital brasileiro – e adentrou numa terrível crise, da qual jamais saiu de fato. Com a crise, os fantasmas do passado se levantaram para ameaçar um futuro que já não era muito promissor.

Essa sintonia entre o particular e o universal só ressalta que soluções verdadeiras e duradouras somente são possíveis se forem de fato universalizantes. Apesar disso, no momento, as coisas não poderiam estar caminhando numa direção mais oposta.

Da impossibilidade da ocorrência de ciclos universalizantes de acumulação de capital, caminhamos para o acirramento das disputas nacionais. Já é certo que uma guerra, pelo menos tarifária, cortará todo o globo. Nessa linha, é importante frisar que tal guerra já se anunciava mesmo antes da segunda vitória eleitoral de Donald Trump. Poderíamos inclusive sugerir que o cenário já estava montado para que uma personalidade como Trump entrasse em cena (MILANOVIC, 2025).

Devemos – também lamentavelmente – reconhecer que, diante desse quadro beligerante, fingir que nada está acontecendo gerará efeitos muito mais danosos do que o oposto. Indicamos, anteriormente, que a situação brasileira só não se agravou ainda mais, ao longo dos últimos anos, porque, do mesmo modo que aqui, os competidores externos se dedicaram mais às aventuras especulativas do que ao avanço de seus sistemas produtivos.

A tendência, todavia, é de que, diante deste quadro beligerante, dedicar-se mais detidamente às questões produtivas possa se tornar uma necessidade inegociável. Num contexto em que o custo de insumos e o custo de comercialização podem oscilar bruscamente, a eficiência operacional, logística e comercial torna-se gradativamente mais importante do que ganhos especulativos de curto prazo.

Desse modo, se soluções universalizantes estão, pelo menos momentaneamente, descartadas, conseqüentemente a tão discutida necessidade de transformação do sistema produtivo brasileiro torna-se ainda mais urgente – ainda que, neste contexto, tenha como único efeito possível amortecer os impactos econômicos e políticos externos. Pelo menos até agora, contudo, tal necessidade não gerou um movimento político condizente com ela. Enquanto a gestão atual, ainda mergulhada no politicismo, adota uma postura extremamente errática, mesmo diante de uma parcela do problema que pode ser mais facilmente solucionada (PAÇO CUNHA, 2025b); do outro lado, toda a movimentação de extrema-direita que se intensificou na última década também não toca na questão.

Quanto a essa última, devemos inclusive traçar uma importante distinção entre ela e a coalizão trumpista. Ainda que de uma forma extremamente preocupante, Trump pretende dar respostas ao problema. A adoção de medidas protecionistas e os ataques mais diretos à classe trabalhadora são claramente uma tentativa de impulsionar a economia doméstica e prejudicar competidores externos (ROBINSON, 2025). Enquanto isso, a movimentação direitista, no Brasil e sua expressão política mais bem consolidada parecem só incorporar a parte discursiva e espalhafatosa da plataforma trumpista. Na prática, portanto, se de volta ao poder, esta pode perfeitamente se tornar uma mera ferramenta de Trump e, assim, contribuir para o sucesso do segundo (e, conseqüentemente, com o agravamento do quadro brasileiro).

Do outro lado, a oposição à esquerda, ainda que denuncie tal movimentação com alguma assertividade, na prática, nada tem feito além de denunciar. Quanto a ela, a crítica chasiniana à sua posição politicista parece não ter envelhecido um só dia.

Desse modo, de uma forma ou de outra, o cenário que se insinua no horizonte é universalmente preocupante e particularmente desolador. Se o movimento belicista escalar e a humanidade rumar para o abismo, a tendência atual é que o Brasil faça tal percurso no banco do carona, sem esboçar qualquer reação.

Referências bibliográficas

- BRENNER, R. *The economics of global turbulence: the advanced capitalist economies from long boom to long downturn, 1945-2005*. Verso, 2006.
- CHASIN, J. *Poder e miséria do homem contemporâneo*. Conferência proferida na UNA/Faculdade de Ciências Gerenciais — Belo Horizonte, Minas Gerais, maio 1997.
- CHASIN, J. “A via colonial de entificação do capitalismo”. In: *A miséria brasileira*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000a.
- CHASIN, J. “A sucessão na crise e a crise na esquerda”. In: *A miséria brasileira*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000b.
- CHASIN, J. “O poder do real”. In: *A miséria brasileira*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000c.
- GOULARTI, J. Desoneração tributária: um equívoco de política econômica. *Le Monde Diplomatique*, 2017. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/desoneracao-tributaria-um-equivoco-de-politica-economica/>>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- GUEDES, L. O que querem as *startups*. *Blog Resultado Geral*. Disponível em: <<https://resultadogeral.substack.com/p/o-que-querem-as-startups-por-leandro>>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- LAMOREAUX, N.; RAFF, D.; TEMIN, P. Against Whig History. *Enterprise & Society*, v. 5, n. 3, p. 376-387, 2003.
- LANGLOIS, R. Chandler in a larger frame, markets, transaction costs and organizational form in history. *Enterprise & Society*, vol. 5, n. 3, p. 355-375, 2004.
- MARX, K. *O capital* (Livro 1). São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. *O capital* (Livro 3). São Paulo: Boitempo, 2017.
- MILANOVIC, B. How the mainstream abandoned universal economic principles. *Brave New Europe*, 2025. Disponível em: <<https://braveneweuropa.com/branko-milanovic-how-the-mainstream-abandoned-universal-economic-principles>>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- PAÇO CUNHA, E. ...Pois não sabem o que fazem. Ou sabem? *Blog Resultado Geral*, 2025a. Disponível em: <<https://resultadogeral.substack.com/p/pois-nao-sabem-o-que-fazem-ou-sabem>>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- PAÇO CUNHA, E. Renovação da burguesia reacionária na América de Trump? *Blog Resultado Geral*, 2025b. Disponível em: <<https://resultadogeral.substack.com/p/renovacao-da-burguesia-reacionaria>>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- REZENDE, T. A máquina do tempo financeira: lucros fictícios e a política de ajustes. *Blog Resultado Geral*, 2024. Disponível em: <<https://resultadogeral.substack.com/p/a-maquina-do-tempo-financeira-lucros>>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- ROBINSON, W. Behind Trump Tariffs Is Capital's Warfare Against the Working Class. *Truthout*, 2025. Disponível em: <<https://resultadogeral.substack.com/p/traducao-william-i-robinson-por-tras>>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- SANTOS, R. *Complexo industrial-militar e tecnologia: a inflexão da pesquisa científico-militar estadunidense como gestante da inovação tecnológica após os chamados anos dourados*. São Paulo: Dialética, 2021.
- SCHAAKE, M. *The tech coup: how to save democracy from silicon valley*. New Jersey: Princeton University Press, 2024.

Como citar:

JORGE, Thiago Martins. A crise que se agrava e a miséria brasileira que persiste. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 30, n. 1, pp. 290-317, Edição Especial: *A miséria brasileira*, 2025.